

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (MPE/AM)

Concurso Público
Nível Superior
TARDE

Aplicação: 27/1/2008

Cargo 6: AGENTE TÉCNICO
FUNÇÃO: JURÍDICO

Caderno G

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno G — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva e de espaços para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Os espaços para rascunho da prova discursiva são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira/grafite, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 8 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 9 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 29/1/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpeam2007.
- II 30 e 31/1/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 26/2/2008 – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Amazonas e Internet.
- IV 27 e 28/2/2008 – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 1.º/4/2008 – Resultados finais da prova discursiva e do concurso: Diário Oficial do Estado do Amazonas e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1 – MPE/AM – ADMINISTRATIVO, de 5/10/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpeam2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Layout

1 O termo *layout* não é considerado elegante para especificar o processo de *design*. Muitos artistas preferem ser conhecidos como diretores de arte, diretores de *design* ou

4 comunicadores visuais, em vez de *layoutmen* (homens do *layout*). Ainda que essas designações sejam adequadas às crescentes responsabilidades da função, não há palavra

7 melhor do que *layout* para sintetizar a idéia, a forma, o arranjo ou a composição de uma página impressa. O *layout* é um processo que a maioria dos artistas gráficos tende a

10 considerar como absoluto, resultado de uma ação intuitiva que dispensa análise ou avaliação. Na verdade, porém, há evidências quase diárias de que esse é um processo que

13 precisa ser mais bem compreendido pelos profissionais.

O processo de *design* requer estudo contínuo, análise permanente dos elementos que constituem o *layout*.

16 Não são muitos os *designers* gráficos que conhecem as origens de sua atividade e a natureza dos elementos que determinam o bom resultado do trabalho que realizam.

19 Ao longo de sua carreira, o *designer* toma decisões com relação à qualidade dos projetos gráficos. Decisões pessoais, críticas, que o guiam na escolha de um dos muitos

22 esboços que podem ser desenvolvidos até a forma final. O processo vai mais além, com a apreciação do trabalho por outros profissionais — o que pode ocorrer de modo

25 puramente circunstancial, ou mais formalmente, quando a apreciação de terceiros é solicitada para uma exposição ou para premiação.

Allen Hurlburt. *Layout: o design da página impressa*. E. O. Conceição e F. M. Martins (Trad). São Paulo: Nobel, 1999, p. 5, 8, 128, 145 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos às estruturas lingüísticas e aos sentidos do texto acima.

1 A partir da leitura do texto, é possível concluir que os artistas gráficos não precisam se aperfeiçoar muito, porque possuem boa formação universitária, podendo, inclusive, participar de concursos e concorrer a prêmios.

2 O itálico foi empregado nas palavras *layout/layoutmen* e *design/designers* porque elas constituem o tema central do texto.

3 A frase “um dos muitos esboços que podem ser desenvolvidos até a forma final” (l.21-22) permite concluir-se que o artista gráfico faz vários rascunhos, antes de chegar ao desenho final.

4 O primeiro período do texto é equivalente a: Não se considera elegante o termo *layout* para especificar o processo de *design*.

5 O segundo período do texto também estaria gramaticalmente correto se tivesse a seguinte redação: Muitos artistas preferem ser conhecidos como diretores de arte, diretores de *design* ou comunicadores visuais, em vez de *layoutmen*.

6 Os parênteses foram empregados no primeiro parágrafo do texto para destacar a tradução do termo “*layoutmen*” (l.4).

7 Na expressão “a maioria dos artistas gráficos tende a considerar” (l.9-10), o emprego da forma verbal “tende” no plural resultaria em erro de concordância verbal.

8 O vocábulo “porém” (l.11) introduz uma oração que expressa uma conclusão em relação ao que estava sendo afirmado anteriormente pelo autor.

9 Depreende-se do texto que os “elementos que constituem o *layout*” (l.15) são “a idéia, a forma, o arranjo ou a composição de uma página impressa” (l.7-8).

10 O emprego do acento grave no trecho “com relação à qualidade” (l.20) se deve ao fato de ocorrer crase entre a preposição “a” encontrada na locução “com relação a” e o artigo “a” que acompanha o substantivo “qualidade”.

1 A inauguração das transmissões da TV digital em
São Paulo é muito mais que o início da convivência com uma
novidade tecnológica. São incalculáveis as possibilidades
4 de desenvolvimento de produtos que a TV digital passa
a oferecer à indústria e à criatividade brasileira.
O telespectador poderá congelar uma imagem e, em um
7 clique, pedir mais detalhes. Poderá fazer compras
diretamente no vídeo, solicitar a repetição de um programa
e responder a enquetes.

10 E, para os que se impressionaram com os
improvisos que marcaram os primeiros passos da nova fase,
impõe-se lembrar o arrojo de um dos brasileiros que mais
13 bem souberam apostar no futuro do país. Assis
Chateaubriand logo se deu conta da potencialidade da
televisão e, ao enfrentar a descrença e as dificuldades do pós-
16 guerra, inaugurou no Brasil a primeira emissora de tevê da
América Latina e a quarta do mundo. Em 18 de setembro de
1950, a TV Tupi entrou no ar e deu exemplo que deve ser
19 lembrado aos jovens empreendedores.

Mas de que adiantaria ligar o transmissor da TV
Tupi, se em São Paulo ninguém, em 1950, tinha um
22 televisor? Ele não se intimidou. Comprou nos Estados
Unidos 200 aparelhos e os distribuiu em pontos estratégicos
da cidade. Nos anos seguintes, para consolidar a televisão no
25 país, instalou várias emissoras, como a TV Itacolomi, de
Belo Horizonte, em 1955.

O resultado da aposta é que, atualmente, 94% dos
28 lares brasileiros têm pelo menos um aparelho de tevê,
representando um dos maiores mercados do mundo,
perfeitamente capaz de viabilizar, a curto prazo, a TV digital.
31 É com a coragem de empreender e com a determinação de
superar obstáculos que o Brasil precisa contar para não
sucumbir à competição internacional e para vencer os atrasos
34 de que ainda padece.

Correio Braziliense, 9/12/2007 (com adaptações).

Em relação às idéias e às estruturas do texto acima, julgue os
itens subseqüentes.

- 11 A substituição de “souberam” (ℓ.13) pelo singular **soube**
prejudica a correção gramatical do período.
- 12 Na linha 5, em “à indústria e à criatividade”, o sinal
indicativo de crase justifica-se pela regência do verbo
“oferecer”, que exige preposição, e pela presença de artigo
definido feminino.
- 13 O termo “arrojo” (ℓ.12) está sendo empregado com o sentido
de audácia, ousadia.

14 Depreende-se das informações do texto que Assis
Chateaubriand encontrou as circunstâncias ideais para
inaugurar a televisão no Brasil em 1950, no pós-guerra.

15 A presença da preposição “de” (ℓ.34) justifica-se pela
regência de “vencer”.

16 As duas ocorrências da preposição “com” na linha 31
devem-se à regência do verbo “contar” (ℓ.32).

1 O resultado choca, mas não surpreende. Entre 57
países, em 2006, o Brasil é o 52.º no aprendizado de
ciências. Ficou à frente só da Colômbia, Tunísia, Azerbaijão,
4 Qatar e Quirguistão. Aplicado a cada três anos pela
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento
Econômico (OCDE), o Programa Internacional de Avaliação
7 de Alunos (PISA) testa estudantes de 15 anos, tanto de
escolas públicas quanto de particulares. De uma escala que
vai de 0 a 800, os brasileiros estacionaram na nota média de
10 390 pontos.

Não é a primeira vez que o Brasil figura na rabeira
do ranque do PISA. Em 2000, quando 32 nações
13 participavam da disputa cujo foco era a habilidade em
leitura, ficamos em último lugar. A classificação se repetiu
três anos depois. Dessa vez, o número de competidores havia
16 subido para 41 e a ênfase era matemática. Vale lembrar que
o destaque de uma ou outra área de conhecimento não
significa que as questões se restrinjam a ela. Cada edição
19 enfatiza uma disciplina, mas testa as demais.

A trajetória verde-amarela deixa uma mensagem
clara. O país vive um apagão educacional. Aos 15 anos, os
22 jovens, que freqüentaram regularmente o ensino básico, não
aprenderam o essencial. São incapazes de ler e entender um
texto, de resolver questões simples de matemática, de
25 adquirir conhecimento científico. Pior: não se vislumbra luz
no fim do túnel. Faltam quadros para levar avante um projeto
sério de recuperação do tempo perdido.

Correio Braziliense, 3/12/2007 (com adaptações).

Com relação às idéias e estruturas do texto acima, julgue os itens
a seguir.

17 Haveria erro gramatical caso se substituísse o trecho “Pior,
não se vislumbra” (ℓ.25) pelo seguinte: O pior é que não se
vislumbra.

18 O emprego da vírgula logo após “choca” (ℓ.1) justifica-se
por isolar oração subordinada adjetiva explicativa.

19 Depreende-se das informações do texto que os problemas
educacionais do Brasil são provenientes da falta de pessoal
preparado na área educacional.

20 Em 2000, participaram do PISA 32 países, em 2003,
41 países, e em 2006, 52 países.

Em um desfile interminável de descaso, preconceito e desrespeito às leis, o estupro de uma menor — durante 26 dias, jogada à volúpia sexual de 20 detentos na cadeia pública de Abaetetuba, no Pará — está longe do desfecho. O crime abateu a opinião pública, repercutiu além-fronteiras e ganhou dimensões amazônicas. Suspeita de roubo, abandonada pela família, a menor foi jogada ao covil de testosteronas-feras em ebulição por determinação de uma delegada. Vilipendiada e bestializada, ela sobreviveu graças ao Conselho Tutelar de Abaetetuba, que denunciou o caso ao Ministério Público.

Jornal do Brasil. Editorial: **Um estupro sem fim no Pará.** 7/12/2007 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da realidade brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 21** O elevado índice de adolescentes grávidas é uma das faces do mesmo problema social em que se associam, entre outros aspectos, pobreza, desinformação, abandono familiar e baixa ou nenhuma escolaridade.
- 22** Mais do que uma questão de gênero, muito importante em si mesma, o episódio focalizado no texto expõe a fragilidade do Estado para resolver adequadamente a questão da segurança pública.
- 23** O caso de Abaetetuba ganhou dimensões amazônicas, como diz o texto, justamente por seu ineditismo e por ser um fato isolado, desconhecido nas demais cadeias do país.
- 24** A existência de conselhos tutelares nas cidades brasileiras, como no caso citado, é fato relativamente recente e representa uma conquista advinda das inovações trazidas pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 25** Apesar dos problemas existentes, o sistema prisional brasileiro é um dos mais avançados do mundo, com penitenciárias modernas e de segurança máxima.

Cerca de 2,4 milhões de alunos receberam o Bolsa Família em outubro e novembro de 2007 sem que o governo soubesse se eles freqüentaram ou não a escola. O número corresponde a 16% dos 15,5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos cadastrados no programa. Outros 2,3 milhões de alunos foram beneficiados sem terem comparecido pelo menos a 85% das aulas, principal requisito para continuar recebendo o dinheiro mensalmente. No bimestre, 84% dos estudantes cadastrados no programa foram fiscalizados.

Estudo oficial mostrou que um em cada quatro brasileiros recebe o Bolsa Família. O programa atinge 45,8 milhões de pessoas, considerando filhos, dependentes e cônjuges, correspondendo a 24,2% da população de 189,5 milhões de habitantes. O levantamento ainda mostra que metade dos beneficiários diretos não trabalha e que 33 mil contemplados têm nível superior de escolaridade. O dinheiro é repassado preferencialmente às mulheres.

O Globo, 29/12/2007, p. 3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos relevantes da realidade brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 26** Embora em processo de redução, a desigualdade é característica histórica marcante da sociedade brasileira.
- 27** O Bolsa Família é um programa de transferência de renda conduzido pelo governo federal.
- 28** Como política pública que presta auxílio financeiro a famílias carentes, estimulando-as a manterem seus filhos na escola, o Bolsa Família é a primeira iniciativa do gênero que o Brasil conheceu.
- 29** Cerca de 25% da população brasileira é beneficiária do Bolsa Família.
- 30** Por imposição legal, o Bolsa Família só repassa dinheiro para mulheres, como atesta o texto.
- 31** Segundo o texto, o governo federal já consegue monitorar a freqüência às aulas da totalidade dos alunos beneficiários do Bolsa Família.
- 32** Entre os cadastrados no Bolsa Família, apenas os matriculados na educação básica podem ser beneficiados financeiramente.

- 33** Ainda que tenha conseguido massificar seu sistema educacional, sobretudo no âmbito do ensino fundamental, o Brasil encontra dificuldades para vencer a batalha da qualidade da educação.
- 34** No Brasil, a escolaridade é obrigatória nos três níveis que compõem a educação básica.
- 35** Evasão e repetência são problemas que afetam seriamente a educação brasileira.

Texto para os itens de 36 a 43

Uma proposição é uma frase afirmativa que pode ser julgada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não como ambos. As proposições são freqüentemente colocadas em forma simbólica usando-se as letras maiúsculas do alfabeto, tais como A, B, C etc. A partir de proposições conhecidas podem ser compostas novas proposições. São proposições compostas expressões da forma $A \rightarrow B$, $A \vee B$, $A \wedge B$ e $\neg A$.

Uma proposição na forma $A \rightarrow B$, lida como “se A então B”, é F quando A é V e B é F e, nos demais casos é V; uma proposição na forma $A \vee B$, lida como “A ou B”, é F quando A e B são F, nos demais casos é V; uma proposição da forma $A \wedge B$, lida como “A e B”, é V quando A e B são V e, nos demais casos, é F; e uma proposição na forma $\neg A$, lida como “não A”, é F quando A é V, e é V quando A é F. Também são chamadas proposições compostas todas as construções que preservam essas formas de expressão.

Duas proposições são equivalentes quando têm exatamente as mesmas valorações V e F.

Considere a forma de raciocínio constituído por uma seqüência de três proposições, em que as duas primeiras são chamadas premissas e a terceira é chamada conclusão. Um raciocínio é válido quando se consideram verdadeiras as premissas e, como conseqüência, pode-se garantir que a conclusão é também verdadeira.

A partir das definições apresentadas no texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 36** Considere que as proposições “Se João é o pai de Ana então João é o pai de Beatriz” e “João não é o pai de Ana” sejam verdadeiras. Nesse caso, conclui-se que a proposição “Ana não é irmã de Beatriz” é verdadeira.

- 37** Considere que Sara, Mara e Lara pratiquem ou alpinismo, ou judô ou ciclismo, não necessariamente nessa ordem. Uma delas é brasileira, outra é espanhola e a outra é portuguesa. Sabe-se que Mara é alpinista, Lara não é a ciclista, que a ciclista é portuguesa e que a judoca não é brasileira. Nessa situação, conclui-se que Lara é espanhola, Mara é brasileira e Sara é portuguesa.

- 38** Considere as seguintes proposições:

I Mariana fica zangada ou ela não acorda cedo.

II Mariana não fica zangada.

Nessa situação, o raciocínio que tem como premissas a proposição I e a proposição “ela não acorda cedo”, e tem por conclusão a proposição II, é válido.

- 39** A proposição composta $(\neg A) \vee (\neg B)$ tem valorações contrárias às valorações da proposição $A \wedge B$, independentemente das possíveis valorações V e F dadas às proposições básicas A e B.

- 40** Considere que as proposições “Se o ladrão deixou pistas então o ladrão não é profissional” e “O ladrão não deixou pistas” sejam premissas e a proposição “O ladrão é profissional” seja a conclusão. Então é correto afirmar que essas proposições constituem um raciocínio válido.

- 41** Suponha verdadeiras as três proposições seguintes:

I Se as vendas aumentaram, então os preços vão baixar.

II O salário aumentou ou os preços não vão baixar.

III As vendas aumentaram.

Nessa situação, tomando-se como premissa a conclusão do raciocínio válido que usa como premissas as proposições I e III, é correto concluir que “O salário aumentou”.

- 42** Simbolizando-se adequadamente, pode-se garantir que a proposição “Se o caminhão atropelou o tamanduá então Ana foi lavar roupas” é equivalente à proposição “Se Ana não foi lavar roupas então o caminhão não atropelou o tamanduá”.

- 43** As proposições $(\neg A) \vee B$ e $(\neg B) \vee A$ são equivalentes.

RASCUNHO

Um quadrado é denominado quadrado mágico quando a soma dos números que aparecem nas suas linhas, ou nas suas colunas, ou também nas suas diagonais, resulta sempre o mesmo valor. Acerca dessa definição, julgue o item que se segue.

- 44 É correto afirmar que se pode completar o quadrado abaixo de modo a obter um quadrado mágico.

4	14		1
9		6	12
	11	10	
16	2		13

Com relação a contagens e probabilidades, julgue os itens a seguir.

- 45 Há, no máximo, 1.536 maneiras diferentes de se formar uma equipe composta de 4 homens e 4 mulheres, escolhidos aleatoriamente em um grupo de 12 homens e 8 mulheres.
- 46 Em um grupo de 20 pessoas, há 3 juízas, 6 promotoras, 5 juizes e 6 promotores. A probabilidade de se selecionar ao acaso, nesse grupo, uma pessoa que seja promotor, promotora ou juíza é inferior a $\frac{8}{9}$.

- 47 Em uma empresa trabalham 20 técnicos em banco de dados e 17 técnicos em análise de sistemas. Nessa situação, se o número de técnicos que trabalham nessas duas habilitações é igual 10 então o número de técnicos dessa empresa é inferior a 30.

- 48 Os cupons vendidos para uma rifa continham todos os números consecutivos de 12 a 61. Nesse caso, sabendo-se que, na hora do sorteio, o número sorteado foi um número par, então a probabilidade de ter sido o número 20 é igual a $\frac{1}{50}$.

- 49 Um anagrama de uma palavra é qualquer permutação que se possa formar com suas letras, tendo ou não significado. A quantidade de anagramas que se pode formar com as letras da palavra AGENTE e que começam por A, é superior a 100.

- 50 Os cartões de identificação dos empregados de uma fábrica podem ser totalmente azuis, ou totalmente brancos ou podem ter uma face azul e outra branca. Nesse caso, ao retirar aleatoriamente um desses cartões no serviço de pessoal, a probabilidade de um empregado pegar o cartão de duas cores e ao olhá-lo ver o lado de cor azul é inferior a $\frac{1}{5}$.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que diz respeito às funções essenciais à justiça, em especial ao Ministério Público, julgue os itens a seguir.

- 51** Um promotor de justiça do estado do Amazonas, no exercício pleno de suas funções, pode ser membro da executiva regional de um partido político.
- 52** Um membro do Ministério Público estadual pode ser designado para atuar como membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do estado.
- 53** O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Sendo assim, o tribunal competente para julgar um *habeas corpus* impetrado contra um membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que atua na 1.ª instância é o TRF da 1.ª Região.
- 54** A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

A respeito dos direitos e deveres fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 55** O direito de greve de servidor público ainda não foi devidamente regulamentado. Sendo assim, segundo entendimento do STF, aos casos de greve desses servidores devem ser aplicadas, no que couber, as mesmas normas do exercício do direito de greve da iniciativa privada.
- 56** A Emenda Constitucional n.º 26/2000 incluiu, entre os direitos sociais, o direito a moradia. Sendo assim, o bem de família do fiador em contrato de locação não pode ser penhorado, pois fere o direito social da moradia.
- 57** A opção de nacionalidade (referente aos brasileiros natos), prevista na Constituição Federal, tem caráter personalíssimo, e pode ser manifestada somente depois de alcançada a capacidade plena.
- 58** A gratuidade do registro civil de nascimento é constitucional, pois constitui base para o exercício da cidadania.

No que diz respeito às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue os seguintes itens.

- 59** A imunidade formal relativa à prisão do presidente da República não se aplica ao Poder Executivo estadual.
- 60** Apesar de competir ao presidente da República conferir condecorações e distinções honoríficas, essa atribuição pode ser delegada aos ministros de Estado.

No que se refere aos servidores públicos, julgue os itens subseqüentes.

- 61** A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
- 62** O direito ao auxílio-alimentação concedido aos servidores da ativa é extensível aos servidores inativos.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, que estabelece normas a respeito do processo administrativo, julgue os próximos itens.

- 63** Considere que um servidor que responde a um processo administrativo tenha sido intimado em uma quinta-feira para a oitava de testemunhas que se realizaria na segunda-feira próxima. Nesse caso, a intimação deve ser considerada como válida, já que atendeu ao prazo de 3 dias estabelecido na lei.
- 64** Como regra geral, são considerados capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos.

A respeito da administração pública indireta, julgue os itens a seguir.

- 65** Uma demanda contra o Banco do Brasil, na qual se discute um contrato de cheque especial firmado entre o banco e o cliente, deve ser proposta na justiça federal, já que as sociedades de economia mista federais foram contempladas com o foro processual da justiça federal.
- 66** As empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica estão sujeitas à responsabilidade civil objetiva.

No que diz respeito aos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 67** A portaria que dá exercício a um servidor empossado é um exemplo de ato ordinatório.
- 68** Se um secretário de Estado praticar um ato de competência do governador, o governador pode ratificar o ato do secretário, caso a matéria não seja de sua competência exclusiva.

A respeito das licitações, julgue os itens subseqüentes.

- 69** Considere que um governador de estado tenha contratado serviços de publicidade institucional sem o prévio procedimento licitatório, sob o fundamento de notória especialização da empresa contratada. Nesse caso, o procedimento é legal, já que previsto como causa de inexigibilidade de licitação.
- 70** É lícito à administração pública, com base em fatos supervenientes configuradores do interesse público, revogar motivadamente, mas sem audiência dos concorrentes habilitados, procedimento de licitação antes do início da fase de qualificação das propostas.

Quanto a leis e princípios gerais de direito e a equidade, julgue os itens a seguir.

- 71** Para a contagem do prazo de *vacatio legis* de uma lei, ou seja, o intervalo entre a data de sua publicação e a sua entrada em vigor, exclui-se o dia da publicação e inclui-se o do vencimento. Além disso, se, após iniciado o transcurso da *vacatio legis*, ocorrer publicação de norma corretiva do texto original da lei, o prazo da obrigatoriedade começa a fluir da nova publicação.
- 72** Se a lei for omissa no que diz respeito a matéria tratada no pedido do autor ou na resposta do réu ou se, existindo a lei, o juiz entender que ela não deve ser aplicada por não fazer justiça no caso concreto, esse juiz deverá decidir por analogia, aplicando os princípios gerais de direito de acordo com sua convicção jurídica, ou por equidade, valendo-se da doutrina e da jurisprudência dominantes sobre o tema.

A respeito das pessoas e dos bens, julgue os itens seguintes.

- 73** No negócio jurídico de alienação de um bem imóvel, incluem-se os bens acessórios, ainda que não constem expressamente do contrato, pois, em regra, a coisa acessória segue a principal e pertence ao titular da principal.
- 74** O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece residência definitiva, mesmo que dele se ausente. Esse domicílio é único, pois determina o local onde a pessoa deve cumprir suas obrigações e onde é aberta a sucessão hereditária.

Julgue os itens que se seguem, acerca do direito de família.

- 75** Considere a seguinte situação hipotética.
Priscila, com 9 anos de idade, é filha biológica de Maria e Paulo, cujo nome consta no assento de nascimento da menina. Recentemente, Maria casou-se com Gabriel, que deseja adotar Priscila.
Nessa situação, exige-se a concordância expressa de Maria, que detém a guarda de Priscila, e a demonstração de que a adoção visa a sua proteção. Além disso, após realizada a adoção, mantém-se o vínculo de parentesco de Priscila e a família de seu pai biológico, extinguindo-se tão-somente os vínculos de filiação.
- 76** O vínculo colateral estabelecido pela afinidade desaparece com a dissolução do casamento ou da união estável, mas a afinidade em linha reta é sempre mantida, persistindo o impedimento para o casamento entre esses parentes.

Com relação à responsabilidade civil, julgue os itens subseqüentes.

- 77** O sistema jurídico brasileiro adota como regra a teoria do risco integral quando a responsabilidade de reparar advém do fato de o dano ter sido consequência de uma atividade potencialmente lesiva de alguém. Assim, nos acidentes de veículos em que um dos envolvidos é uma empresa prestadora de serviços públicos, independentemente da culpa do motorista e da vítima, ou de caso fortuito e força maior, a empresa responde objetivamente pela reparação dos danos causados pelo acidente.
- 78** A responsabilidade civil por ato de terceiro é objetiva e permite estender a obrigação de reparar o dano à pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização, ainda que não haja culpa de sua parte.

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens que se seguem.

- 79** A dação em pagamento pode ser corretamente definida como um acordo entre o credor e o devedor, com o objetivo de extinguir a obrigação, no qual consente o credor em receber coisa diversa da devida, em substituição à prestação que lhe era originalmente objeto do pacto.
- 80** Na obrigação solidária passiva, havendo novação entre credor e um dos devedores, exoneram-se os demais devedores e as preferências e garantias do crédito novado remanescem somente sobre os bens do que contrair a nova obrigação.

Em relação à competência, julgue os itens a seguir.

- 81** Considere que os credores solidários de uma mesma obrigação, com fundamento nessa, proponham duas ações distintas em juízos diversos, e que, em uma delas, postulem a cobrança dos juros moratórios e, na outra, a cobrança pelo inadimplemento total da obrigação. Nessa hipótese, em virtude da continência, haverá modificação da competência e os processos serão reunidos para decisão conjunta.
- 82** Quando a competência é determinada em virtude do interesse público, não se admite a sua modificação e, por isso, ela é improrrogável. Assim, firmada, a competência absoluta deve prevalecer durante todo o curso do processo, ou seja, os feitos pendentes não poderão ser alcançados pelas modificações supervenientes, de fato ou de direito, que possam alterar a competência já estabilizada.

A respeito do processo e dos princípios e pressupostos processuais, julgue os seguintes itens.

- 83** No sistema processual civil brasileiro, na definição do objeto sobre o qual recairá a prestação jurisdicional, bem como na instituição da relação processual, prevalece o princípio do dispositivo.
- 84** O objeto material do processo é a pretensão do autor. Dessa forma, a perda superveniente desse objeto ocasionará a extinção do processo por carência de ação, ou seja, por não se encontrar regular a relação jurídica.
- 85** Como litispendência, perempção, coisa julgada e convenção de arbitragem são pressupostos processuais negativos, verificada a ocorrência de qualquer um deles, exceto quando se tratar do compromisso arbitral, o juiz poderá, independentemente da alegação do réu, extinguir o processo sem resolução do mérito.

Considerando a atuação do Ministério Público (MP) no processo civil, julgue os próximos itens.

- 86** Nos feitos em que o MP atua como representante da parte ou como substituto processual, assim como nas demais hipóteses de atuação, é prerrogativa desse órgão ministerial ser intimado pessoalmente por meio da entrega dos autos com vista.
- 87** O MP, no âmbito civil, atua como parte e como fiscal da lei, na defesa dos interesses públicos e como representante legal dos enfermos, deficientes físicos e mentais, nos processos em que se controvertem interesses desses incapazes.
- 88** O MP tem legitimidade e interesse para recorrer contra a decisão proferida nos processos em que intervém obrigatoriamente, mesmo que não haja recurso das partes, ou contra o interesse daquele que legitimou a sua intervenção no feito, mesmo que se trate de discussão a respeito de direitos individuais disponíveis ou que as partes estejam representadas ou assistidas.

Julgue os itens que se seguem, relativos à antecipação dos efeitos da tutela.

- 89** A antecipação dos efeitos da tutela consiste no atendimento provisório da tutela pedida pelo autor, antes que se debata a causa e se complete a instrução processual. A tutela antecipada, ainda que dotada de eficácia imediata, pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo.
- 90** Com a antecipação dos efeitos da tutela, busca-se impedir o perecimento do direito que o autor alega possuir ou assegurar ao titular a possibilidade de exercê-lo no futuro, sendo necessária, para a sua concessão, prova do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Acerca da prova no processo penal, julgue os itens a seguir.

- 91** No processo penal, os fatos incontroversos não necessitam ser provados. Assim, se o réu confessar todos os fatos narrados na denúncia, não é preciso que sua confissão seja confrontada com os demais elementos de prova dos autos.
- 92** O laudo cadavérico assinado por dois peritos oficiais é espécie de prova real.
- 93** O princípio da liberdade de prova é absoluto.

Com relação a inquérito policial e ação penal, julgue os itens seguintes.

- 94** Confirmado o estado de pobreza da vítima e presente a representação, o crime de estupro se processa mediante ação pública incondicionada.
- 95** O Ministério Público pode oferecer denúncia com base em peças de informações fornecidas por qualquer pessoa do povo, uma vez convencido da existência dos requisitos necessários à propositura da ação.

No que concerne à prisão preventiva, julgue os itens subseqüentes.

- 96** Por ser medida de exceção, a prisão preventiva há sempre de vir apoiada em bons elementos de convicção — elementos certos, determinados, concretos —, sob pena de ser havido o decreto como não-fundamentado.
- 97** As condições subjetivas favoráveis do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, obstam a prisão preventiva.
- 98** O período de 81 dias, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, uma vez que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso. Em razão disso, esse período pode ser excedido com base em um juízo de razoabilidade, pois sua superação não implica necessariamente constrangimento ilegal.

Quanto à competência no processo penal, julgue o item abaixo.

- 99** De acordo com o Código de Processo Penal, a conexão e a continência implicam unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a militar.

Acerca dos crimes contra o patrimônio, julgue os itens que se seguem.

- 100** A violência como elementar do roubo, segundo dispõe o Código Penal, é somente a que se emprega para efeito de apreensão da coisa, estando excluída desse conceito a violência exercida *post factum* para assegurar ao agente a detenção da coisa subtraída ou a impunidade, em seu proveito ou em proveito de terceiro.
- 101** A fraude elementar do estelionato não é somente a fraude empregada para induzir alguém a erro, mas também a que serve para manter um erro preexistente.

Julgue o item abaixo, relativo a crimes contra a administração pública e contra a administração da justiça.

102 No delito de resistência, o sujeito passivo é exclusivamente o funcionário público.

Com base no direito penal, julgue os itens a seguir.

103 A embriaguez preordenada, segundo o Código Penal, é circunstância que agrava a pena.

104 Com a teoria finalista de Welzel, o fato típico passou a contar com dois aspectos: o objetivo e o subjetivo. Assim, dolo e culpa passaram a integrar a tipicidade.

105 Independentemente das conseqüências do crime de rixa, a punição aos contendores é sempre aplicável.

106 Os crimes monossujeivos configuram crimes de concurso necessário (de pessoas).

Acerca da Lei n.º 8.625/1993, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (MP), julgue os itens subseqüentes.

107 No exercício de suas funções, o MP poderá, a fim de instruir inquérito civil, requisitar documentos de autoridades federais, de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

108 Ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas, as decisões do MP fundadas em sua autonomia funcional, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executividade imediata.

109 Quanto à legalidade, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do MP é exercida pelo sistema de controle interno estabelecido na Lei Orgânica, razão pela qual ao Poder Legislativo fica vedado o controle externo.

110 Os órgãos de apoio administrativo constituem órgãos de execução do MP.

111 Compete ao Conselho Superior designar membros do MP que oferecerão denúncia ou proporão ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial.

No que diz respeito às Leis n.º 11.343/2006, n.º 8.072/1990, e suas alterações, n.º 7.716/1989, n.º 4.898/1965 e n.º 9.455/1997, julgue os itens seguintes.

112 De acordo com o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois terços.

113 Ao receber uma denúncia de crime de tráfico de drogas, se o denunciado for funcionário público, o juiz poderá comunicar o fato ao órgão respectivo e decretar o afastamento cautelar do denunciado de suas atividades.

114 Considere a seguinte situação hipotética.

Por telefone, Luzia entrou em contato com o escritório de Washington, representante de vendas do Tambaú Iate Clube, e acertou com ele a aquisição de uma cota pelo valor de R\$ 1.000,00, a ser pago por meio de cheque. No dia do pagamento, Washington impediu o acesso de Luzia, que é negra, ao Tambaú Iate Clube — clube social aberto ao público —, em virtude de preconceito de raça, recusando-se em ultimar a venda da cota.

Nessa situação, a conduta de Washington é crime inafiançável e imprescritível.

115 O procedimento do crime de abuso de autoridade prevê defesa preliminar antes do recebimento da denúncia.

A respeito da tutela dos interesses ou direitos coletivos e difusos, julgue os itens que se seguem.

116 A ação cautelar inominada não se presta à defesa dos direitos difusos.

117 Para se propor uma ação popular que vise proteger o patrimônio público material, é necessário demonstrar-se o binômio ilegalidade/lesividade. Assim, a falta de um ou outro desses requisitos leva, por si só, à improcedência da ação.

118 As Leis de Improbidade Administrativa, da ação civil pública, da ação popular, do mandado de segurança coletivo, do Código de Defesa do Consumidor, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto do Idoso compõem um microsistema de tutela dos interesses transindividuais. Sob esse enfoque interdisciplinar, essas leis interpenetram-se e subsidiam-se.

119 O direito à saúde, insculpido na Constituição Federal, é direito indisponível, em função do bem comum maior a proteger, derivado da própria força impositiva dos preceitos de ordem pública que regulam a matéria.

120 O mandado de segurança individual é ação apropriada para proteger interesses difusos ou coletivos.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos, sendo **cinco** pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado.
- Na **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

No dia em que completou 16 anos de idade, em 24/10/2007, Helena foi emancipada por ato individual de seu pai, mediante escritura pública.

No dia seguinte, Helena outorgou procuração por instrumento público a seu pai dando-lhe poderes especiais e expressos para alienar apartamento de sua propriedade, local onde reside em companhia da mãe e de sua avó materna.

Ana, avó de Helena, ao tomar conhecimento desses fatos, relatou-os ao promotor de justiça em exercício na Promotoria da Infância e Juventude, a quem também solicitou esclarecimentos quanto à emancipação e à possibilidade de, por meio da procuração outorgada por Helena, o pai vender o imóvel que foi doado a Helena, filha única do casal, na ocasião da dissolução da sociedade conjugal, em meados de 2005, de comum acordo, quando também ficou ajustado que a mãe ficaria com a guarda da menor. Ana declarou, ainda, que Cláudia, sua filha e mãe de Helena, por motivos de estudos, encontra-se em São Paulo, onde permanecerá por 2 meses, no endereço que declinou.

Com base na situação hipotética apresentada, na condição de agente técnico lotado no gabinete do promotor de justiça, elabore texto dissertativo fundamentado em que preste as informações solicitadas por Ana ao promotor.

Rascunho – Questão 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Na madrugada do dia 2 de janeiro de 2005, José, João e Rômulo, de forma voluntária e consciente, previamente combinados, com unidade de desígnios e com intenção de roubar, adentraram a residência de Antônio — tendo Rômulo ficado do lado de fora da casa —, e subtraíram para o grupo vários bens e valores, mediante o emprego de arma de fogo e de arma branca, uma faca do tipo peixeira. A ação resultou na morte da vítima, provocada por golpes da arma branca.

Na ocasião, José portava o instrumento perfurocortante (a faca do tipo peixeira) e João portava o revólver, calibre 380. Rômulo efetuou a entrega das armas usadas na empreitada criminosa, permaneceu fora da casa em estado de vigilância e deu fuga aos comparsas após o crime.

Considerando a situação hipotética acima, tipifique a conduta de José, João e Rômulo, de acordo com o Código Penal brasileiro.

Rascunho – Questão 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	